
Dossiê: A história das mercadorias no mundo pré-industrial:
potencialidades e limites de uma abordagem

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2023.v29.39594>

As drogas do sertão na Amazônia colonial e a construção de um modelo de economia Atlântica-sertaneja (séculos XVII e XVIII)

Spices from sertão in the colonial Amazon and the construction of an Atlantic-sertanejo economy model (17th and 18th centuries)

Drogas del sertão en la Amazonía colonial y la construcción de un modelo económico atlántico-sertanejo (siglos XVII y XVIII)

André José Santos Pompeu*
<https://orcid.org/0000-0002-2077-1019>

RESUMO: O presente texto discute a economia das drogas do sertão, consideradas as principais mercadorias transacionadas na Amazônia portuguesa, a partir do seu caráter múltiplo. A economia das drogas do sertão foi desenvolvida sobre uma série de influências, tanto do mercado europeu de gêneros asiáticos, das conexões entre diferentes estados europeus nas monarquias ibéricas, quanto da marcante influência indígena. Todos esses fatores, no bojo de um nascente capitalismo e uma economia mais conectada, fazia com que as drogas do sertão estivessem numa encruzilhada desses mundos, o que nos leva até a ideia de um modelo de economia Atlântico-sertaneja para lidar com as mercadorias amazônicas.

Palavras-chave: Drogas do sertão. Economia Amazônica. Mercado Atlântico. Sertão.

ABSTRACT: This text discusses the economy of sertão spices, considered the main goods traded in the Portuguese Amazon, based on their multiple character. The spices economy of the sertão was developed under a series of influences, both from the European market of Asian genres, from the connections between different European states in the Iberian monarchies, as well as from the marked indigenous influence. All these factors, in the midst of a nascent capitalism and a more connected economy, made the spices of the sertão to be at a crossroads of these worlds, which leads us to the idea of an Atlantic-sertaneja economy model to deal with Amazonian goods.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Pará. Professor Substituto da Faculdade de História do Campus de Bragança da Universidade Federal do Pará. Possui interesse em história econômica da Amazônia colonial e história do capitalismo. E-mail: andre.pompeu@yahoo.com.

Keywords: Sertão Spices. Amazon Economy. Atlantic Market. Hinterland.

RESUMEN: Este texto analiza la economía de las drogas sertão, consideradas los principales bienes comercializados en la Amazonía portuguesa, a partir de su carácter múltiple. La economía de la droga del sertão se desarrolló bajo una serie de influencias, tanto del mercado europeo de géneros asiáticos, de las conexiones entre diferentes estados europeos en las monarquías ibéricas, como de la marcada influencia indígena. Todos estos factores, en medio de un capitalismo naciente y una economía más conectada, hicieron que las drogas del sertão estuvieran en una encrucijada de estos mundos, lo que nos lleva a la idea de un modelo de economía atlántico-sertaneja para enfrentar mercancías amazónicas.

Palabras clave: Drogas del Sertão. Economía Amazónica. Mercado Atlántico. Sertão.

Como citar este artigo:

Pompeu, André José Santos. “As drogas do sertão na Amazônia colonial e a construção de um modelo de economia Atlântica-sertaneja (séculos XVII e XVIII)”. *Locus: Revista de História*, 29, n. 1 (2023): 106-125.

Introdução

Parte do processo de colonização que o império português encetou no mundo americano esteve associado a busca de mercadorias que pudessem enriquecer seu comércio ultramarino. Principalmente, durante o reinado de D. Manuel I, cognominado como “O Venturoso”, Portugal se estabeleceu como uma grande nação de comerciantes (Coelho 2000, 57-76). Sobretudo, comerciantes de mercadorias asiáticas, em grande medida, encontradas nas Ilhas das Especiarias – hoje Ilhas Molucas – e redistribuídas pelos principais portos asiáticos. O objetivo português era, justamente, controlar esses portos e, conseqüentemente, controlar o comércio dessas mercadorias. Tomando o lugar de árabes, genoveses e venezianos, que dominavam esse mercado (Crowley 2016).

Apesar do relativo sucesso na empreitada, Sanjay Subrahmanyam nos recorda que ainda no século XVI começou a declinar o controle português do comércio asiático. Entre os fatores apontados pelo historiador estavam a implementação do regime de capitanias hereditárias no Estado do Brasil, o que dividia os investimentos portugueses em duas frentes muito amplas; a expansão do império Otomano sob o reinado do sultão Solimão I; as disputas entre hindus e muçulmanos no subcontinente indiano, desarticulando parte do complexo comercial do golfo de

Bengala (Subrahmanyam 2012, 83-84). Além disso, Subrahmanyam ainda indica que o período da União Ibérica foi fatal para os negócios portugueses na Ásia, sendo o período de algumas das piores derrotas portuguesas no Indico (Subrahmanyam 2012, 153-189).

Dentro desse contexto de crise e retrocesso econômico, sentido com as perdas das possessões asiáticas ao longo do século XVII, autores como Frédéric Mauro (1989) e Luiz Felipe de Alencastro (2000) indicam que foi nesse momento que houve a mudança do eixo econômico do império português do Indico para o Atlântico, em um processo conhecido como “atlantização do império português”. Esse processo é fundamental para este texto, pois foi no bojo do processo de “atlantização” que mercadorias como as drogas do sertão ganharam espaço dentro do sistema econômico do império.

O processo de colonização da Amazônia portuguesa esteve associado ao período da União Ibérica, de início do século XVII, quando os inimigos dos Habsburgo se tornam, também, os inimigos de Portugal. De modo que através de investidas militares, as tropas lusitanas, somadas ao enorme contingente de indígenas aliados, iniciam um processo de expulsão de outras potências europeias do vale amazônico e que, encontra como seus maiores pontos de culminância a tomada de São Luís, em 1615, e a fundação de Belém, em 1616. Como afirma Rafael Chambouleyron, o primeiro ímpeto econômico dos colonizadores na recém conquistada Amazônia portuguesa, foi de transferir o modelo econômico ao qual eles estavam habituados no Brasil, que era a plantação de cana-de-açúcar, que por uma série de razões não prosperou, mas também, não foi abandonado (Chambouleyron 2010, 121-145).

Nesse contexto, o cenário apresentado é de ausência de uma mercadoria que pudesse ser utilizada pelos portugueses e que fosse proveniente do mundo amazônico. Nesse ponto que o caminho da “atlantização” e da crise do império na Ásia acaba convergindo com o desenvolvimento da sociedade amazônica. Várias autoridades portuguesas, em meados do século XVII, já mantinham uma retórica de que as especiarias asiáticas poderiam ser encontradas em território amazônico, ou poderiam ser transplantadas da Ásia para serem plantadas no vale amazônico, em uma assimilação de que as duas regiões teriam o mesmo clima (Pompeu 2021, 28). Já na segunda metade do século XVII, segundo Rafael Chambouleyron, os governadores que chegavam ao antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará traziam ordens da metrópole para incentivar a busca e a descobertas de drogas que pudessem encontrar valor econômico no mercado atlântico (Chambouleyron 2013, 79-99).

Através do dicionário do jesuíta Raphael Bluteau, somos informados que as drogas podem ser sinônimos das especiarias asiáticas, assim como produtos aromáticos, ou ainda, no caso do Brasil, poderiam significar açúcar ou pau-Brasil (Pompeu 2020, 307). Desse modo, as drogas do

sertão poderiam se encaixar em uma infinidade de produtos, desde que alcançassem algum valor de mercado, ou seja, se tornassem mercadorias. Além disso, tudo indica que as drogas do sertão, enquanto mercadorias, estão associadas a uma rede de produtos naturais, que tem o seu centro na Europa, no papel de principal compradora. Essa rede se estendia pelas especiarias asiáticas e, paulatinamente, para a sua substituição por mercadorias extraídas do mundo atlântico – que em nosso caso, interessam mais os produtos amazônicos. Existe um grande circuito desses produtos dentro da economia do império português, de forma que, as drogas do sertão eram mais uma das ramificações do mercado colonial.

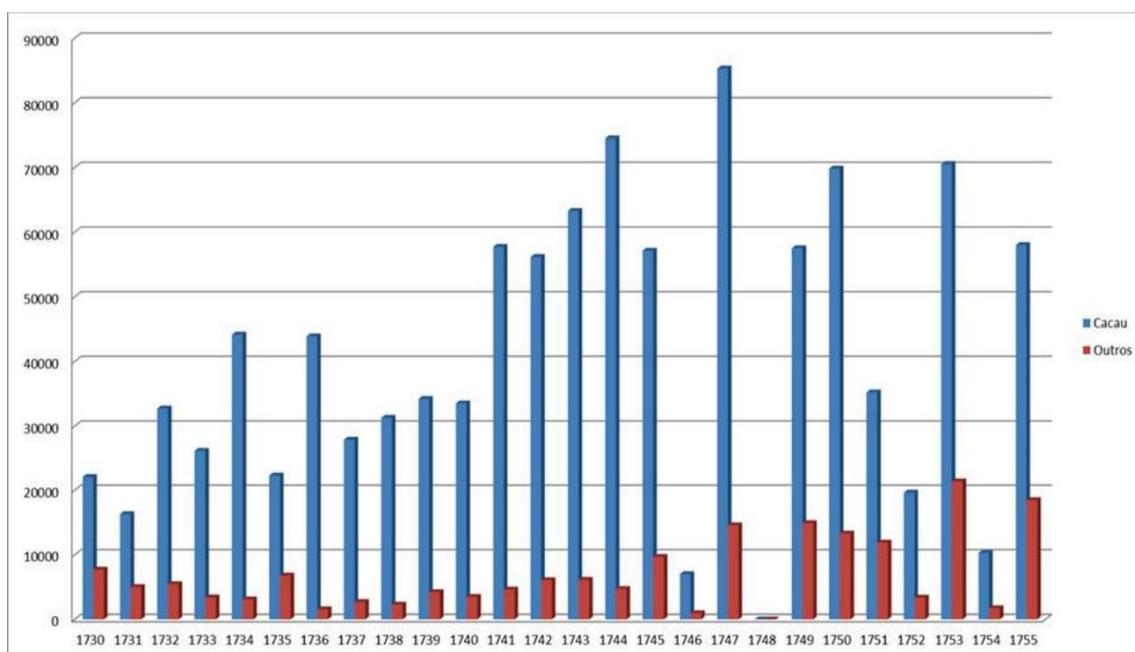
Desta feita, ao tratar sobre as drogas do sertão, o presente artigo pretende demonstrar como o processo de expansão do capitalismo e da economia-mundo ensejou o desenvolvimento de inúmeras formas de mercadorias, como são as drogas do sertão na Amazônia portuguesa. Uma atividade econômica caracterizada como espaço de interseção, entre um modelo capitalista de exploração de mercadorias naturais. Mas, ao mesmo tempo, um modelo desenvolvido no sertão e que era menos suscetível pela ação do mercado Atlântico. Com sociabilidades que independiam do mercado e que já se praticavam muito antes do processo de contato entre portugueses e indígenas. Enfim, uma atividade econômica que podemos identificar como Atlântica-sertaneja.

As drogas que vieram do sertão amazônico

Foram inúmeros os produtos que foram abarcados pelas drogas do sertão. Desde produtos de tinturaria, produtos odoríficos, alimentos e até óleos que compuseram a farmacopeia do Novo Mundo. Como seria exaustivo indicar todos os produtos que ficaram sob o termo drogas do sertão, podemos delimitar aqueles que foram as principais mercadorias dentro desse gênero. Desses podemos destacar o cacau, o cravo fino, o cravo grosso e a salsaparrilha. Através deles podemos ter noção da organização da extração e comercialização das drogas.

O cacau é reconhecido pela historiografia como a principal mercadoria do mundo amazônico, tendo sido amplamente comercializada desde o último quartel do século XVII até o final do período colonial – na verdade, até o século XXI o Pará ainda é o maior exportador de cacau no Brasil. Autores como Manoel Barata (1973), no início do século XX, Dauril Alden na década de 1970 (1976) e Barbara Sommer no ano 2000 (2000) concordam que o cacau foi a principal mercadoria na Amazônia colonial. Existem algumas diferenças entre os autores, como o fato de Manoel Barata acreditar que o cacau cultivado já era mais importante que o coletado, ao longo do século XVIII. No entanto, todos estão de acordo com o grau de importância do cacau como a principal mercadoria da Amazônia.

Gráfico 1 – Comparativo entre a exportação de cacau e todos os outros gêneros na Capitania do Pará (1730-1755)



Santos, Marília Cunha Imbiriba dos. Família, trajetória e poder no Grão-Pará colonial: os Oliveira Pantoja. Dissertação de mestrado. Belém: Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2015, p. 51.

Infelizmente, não temos dados precisos sobre a exportação de cacau para períodos anteriores a 1730, no entanto, através do gráfico fica evidente a supremacia do cacau sobre todas as outras mercadorias amazônicas, o que não inclui apenas as drogas do sertão. Desse modo, seria muito difícil lidar com as mercadorias amazônicas – principalmente, as drogas do sertão – sem levar em conta o cacau e sua primazia.

Além disso, o cacau precisa ser entendido sob uma outra lógica que não apenas a da exportação no circuito comercial atlântico. Estamos lidando, na Amazônia colonial, com uma economia com ausência de circulação de moeda metálica, de modo que, quem fazia o papel dessa moeda era, em larga escala, o cacau. O uso do cacau como “moeda da terra” era expressivo no Grão-Pará, enquanto no Maranhão a “moeda da terra” mais utilizada era o algodão. Mesmo que os dois circulassem livremente entre as duas Capitanias. Assim sendo, a natureza garantia a

economia da região, o sustento da sociedade e, também, a circulação de numerário (Lima 2006 29-30). E o cacau era amplamente utilizado não por falta de interesse em introduzir a moeda metálica na região, mas pela concepção do Conselho Ultramarino, de que uma economia que era formada, principalmente, por grupos indígenas, não encontraria uso nas moedas metálicas, pois os indígenas tinham muito mais interesse em trocar mercadorias do que moedas (Lima 2006, 158-159).

O cacau era encontrado em vários locais da Amazônia, mas segundo a documentação, era abundante, principalmente, nas margens dos rios Solimões e Madeira, bem como nas ilhas fluviais do Cabo do Norte¹ – atual Estado do Amapá. Havia duas safras que possibilitavam a coleta do cacau, uma delas no verão, que se estendia de janeiro até meados de abril, e que também era conhecida como “safra dos macacos”, pois era comum encontrar tais mamíferos nas árvores comendo o cacau. A segunda safra era a do inverno, que acontecia no final de agosto (Alden 1976, 115). Esse regime de safra diz respeito ao cacau bravo, ao seja, aquele encontrado naturalmente na floresta, enquanto o cacau cultivado, chamado de “manso”, em grande medida, tinha apenas uma safra no ano.

Do cacau, geralmente, se utilizam as amêndoas da fruta para a fabricação do chocolate, ou outras bebidas congêneres. Na própria Amazônia, o Ouvidor Mauricio de Heriarte indica que os indígenas produziam um licor a base do cacau para se embebedarem (Heriarte 1874, 28). Além disso, como apenas as amêndoas interessavam enquanto mercadoria, os indígenas aproveitavam para comer a polpa da fruta, que envolve as amêndoas (Daniel 2004, 85). Motivo pelo qual, os indígenas preferiam coletar o cacau, pois era encontrado nas margens dos rios, com melhor acesso à comida e água. Se alimentando tanto dos macacos, no verão, quanto da polpa, para comer ou produzir licor.

¹ “Carta do Governador Gomes Freire de Andrade para o rei D. Pedro II, sobre as informações relativas ao governo do Estado deixadas para o seu sucessor, Arthur de Sá e Meneses, quando da sua chegada”. 19/07/1687. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Pará, Cx. 3, doc. 263. “Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. Pedro II, sobre o missionário jesuíta castelhano Samuel Fritz, ter ido às aldeias dos coxiguares e cambebas persuadir os índios a irem para a sua missão”. 12/11/1697. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Pará, Cx. 4, doc. 340. “Carta dos oficiais da Câmara de Belém, sobre o preço do cacau e outras drogas”. 26/09/1730. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Pará, Cx. 12, doc. 1149. “Consulta do conselho ultramarino, sobre uma carta do ouvidor-geral do Pará, Manoel Antônio da Fonseca, de 10 de setembro de 1736”. 30/01/1737. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Pará, Cx. 19, doc. 1813. “Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco, ao rei D. João V, em resposta a provisão de 4 de abril de 1739”. 16/09/1739. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Pará, Cx. 22, doc. 2077.

Figura 1 – O cacau da Amazônia



“Gravura do cacau amazônico, da viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. *Acervo da Biblioteca Nacional Digital*. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/noticias/desenhos-botanicos-da-expedicao-de-alexandre-rodrigues-ferreira-no-pinterest/>

Outra mercadoria dentre às drogas do sertão era o cravo. Este era uma árvore, encontrada apenas em alguns rios da região, sobretudo nas proximidades da bacia do Tapajós e do Xingu. O controle do cravo, inclusive, promoveu uma intensa contenda entre portugueses e indígenas na região do rio Xingu ao longo do século XVII (Chambouleyron 2008, 51-74). No caso do cravo, ele se tornava uma mercadoria de duas formas. A primeira dizia respeito ao cravo fino, produzido a partir de uma fina camada da casca da árvore que era retirada pelos indígenas e, depois, vendida no comércio atlântico. Esse era o estágio no qual o cravo alcançava o maior valor de mercado e, também, era exportado em menores quantidades. A segunda forma era o conhecido cravo grosso. Nessa situação a árvore de cravo era derrubada e, em seguida, retalhada em quadrados.

O problema nesse sistema era que o cravo não era cultivado na Amazônia (até os dias de hoje não encontramos uma forma eficaz de cultivar essas árvores) portanto, ao derrubar a árvore, largos passos eram dados para a extinção tanto da planta, quanto da atividade econômica à qual ela estava atrelada. Segundo o jesuíta João Daniel, parecia que os indígenas faziam essa derrubada de propósito com a intenção de não terem mais a necessidade de ir ao sertão coletar o cravo. Diferentemente do cacau, o cravo só era encontrado em regiões de “terra firme”, alguns

quilômetros distantes das margens dos rios, o que provocava jornadas mais longas e com o perigo de faltar comida e água para o empreendimento, o que o tornaria mais penoso aos indígenas (Daniel 2004, 86).

Por fim, a salsaparrilha, outro gênero que encontrou boa entrada no mercado atlântico, também não era encontrada nas margens dos rios, assim como o cravo. O que, no mesmo caso do cravo, tornava mais difícil a sua coleta. Além disso, no caso da salsaparrilha, a mercadoria em si era formada pelas raízes de uma planta, que eram amplamente utilizadas para questões medicinais. Para piorar a situação, a planta possuía grandes espinhos, o que tornava o seu trabalho de coleta ainda mais penoso para os indígenas. A salsaparrilha, enquanto raiz, também pode ser encontrada em plantas similares na região do Mediterrâneo, o que provavelmente, foi a causa da sua coleta e comercialização como produto importante no império português. Não se trata, exatamente, do mesmo tipo de planta, mas, na verdade, de uma série de plantas da mesma família que acabavam garantindo as raízes da salsaparrilha nessas diferentes regiões.

Entretanto, quando pensamos em outras mercadorias entre as drogas do sertão, como os já citados cravo e cacau, precisamos ter em mente que estamos lidando com outra formulação de mercadoria. Por exemplo, no caso do cravo, a sua introdução enquanto mercadoria se dá pela perda dos negócios asiáticos do império português (Cardoso 2010, 9-26). O próprio nome atribuído à árvore é bastante sugestivo, pois, está diretamente associado ao cravo-da-Índia. No entanto, diferente do seu congêneres indiano, em que se secam as flores para diferentes consumos, no cravo do Maranhão era utilizada a casca da árvore por ter um aroma similar ao da Índia. Mesmo que os aromas não fossem totalmente iguais, mas, apenas aproximados, o seu valor enquanto mercadoria estava associado a uma substituição de mercadorias já conhecidas, dentro do processo de “atlantização”. A lógica de mercado do cravo-da-Índia devia ser aplicada ao cravo do Maranhão.

O cacau, por sua vez, tinha uma situação bem particular. Como sabemos o consumo do cacau se dava, principalmente, na forma do chocolate, um consumo que mantinha suas lógicas ligadas ao mundo mesoamericano. Após o processo de conquista e colonização, o chocolate se tornou uma bebida apreciada pelos espanhóis, que cada vez mais formavam um aquecido mercado para o cacau, junto com o próprio vice-reinado da Nova Espanha (Quiroz 2014, 39-64). O cacau é uma espécie típica do continente americano – da região amazônica, para ser mais preciso – mas quando os portugueses iniciaram o seu processo de colonização no vale amazônico, tanto o chocolate e, conseqüentemente, o cacau, já eram apreciados e largamente comercializados no mundo hispânico.

Segundo Rafael Chamboleyron, a economia do cacau na Amazônia portuguesa era uma herança deixada pela União Ibérica, que tornava o comércio de cacau hispânico o modelo ideal a

ser seguido pelo mundo português na Amazônia. A própria montagem dessa economia foi desenvolvida, na segunda metade do século XVII, por pessoas autorizadas pela coroa e que comprovavam ter experiência no mundo hispânico durante o período da União Ibérica (Chambouleyron 2014, 23-43). O mercado que se pensava alcançar era o espanhol; no entanto, o cacau do Maranhão era reconhecido como sendo de uma qualidade inferior ao cacau da Venezuela, de modo que seria ideal aos lusitanos se inserir na rede mercantil maior do cacau, ou criar a sua própria rede mercantil, que desse conta do cacau produzido pela Amazônia portuguesa e se tornasse uma mercadoria de valor. Como salientado, o cacau foi o principal produto da região amazônica em exportações, o que indica relativo sucesso nas redes mercantis do cacau global.

De fato, encontramos três mercadorias que foram fundamentais para a economia da Amazônia frente ao mercado Atlântico. As três, como percebemos, ganharam projeção por motivos diversos. A salsaparrilha amazônica, se torna uma mercadoria pela sua familiaridade com a congênera encontrada em outras partes do mundo, inclusive, no mundo europeu. O cravo do Maranhão, como o nome já indica, era uma aproximação ao cravo-da-Índia, que era coletado nas Ilhas Molucas. Ambos os produtos se aproximavam, sobretudo, pelo mesmo aroma, de modo que o cravo do Maranhão deveria se tornar uma mercadoria com o intuito de substituir um negócio já existente dos portugueses na Ásia e que perdia fôlego ao longo dos anos. Foi uma mercadoria pensada para substituir um gênero que não poderia mais ser acessado na Ásia pelos portugueses.

Já no caso do cacau, a passagem para o status de mercadoria se deu na transição da União Ibérica para Portugal independente, sobretudo, baseada na herança de uma economia aquecida pelo cacau venezuelano e por um corpo consumidor tanto na península, quanto nas colônias. O cacau amazônico deveria replicar o sucesso do seu congênera mesoamericano, mesmo que as amêndoas coletadas na Amazônia fossem consideradas de menor qualidade; mesmo assim, o cacau alcançou o status de grande produto de exportação da Amazônia. Segundo Frederik Matos, após chegar em Lisboa – já no século XVIII – esse cacau era revendido em grandes leilões e reexportado da metrópole para os mais diversos estados europeus, não apenas ao mundo hispânico (Matos 2019). Desse modo, podemos perceber que não foi uma mera inserção mercantil no mercado consumidor hispânico, mas sim um reflexo da entrada portuguesa em novos mercados com o cacau amazônico.

Os sujeitos envolvidos com as drogas do sertão

Quem atribui valor às mercadorias são os sujeitos, pelos mais diferentes motivos, de modo que, seria difícil falar sobre as drogas do sertão sem mencionar esses sujeitos dentro da equação. Já citei a presença de grupos indígenas dentro desse processo, no entanto, eles não eram os únicos

envolvidos. Existe um debate historiográfico a respeito de uma predominância, ou em alguns casos, de um monopólio da Companhia de Jesus diante da economia das drogas do sertão. De maneira que os padres seriam os maiores envolvidos na coleta e exportação dessas mercadorias. Sob a minha ótica, esse posicionamento não está totalmente correto. No que diz respeito ao presente texto, saliento que ao tratar a respeito dos sujeitos envolvidos na economia das drogas do sertão e, até para evitar entrar no referido debate, optei por não listar a Companhia de Jesus. Assim sendo, vamos lidar com os chamados “particulares”. Geralmente, homens de negócios que, sozinhos ou em grupos, organizavam as canoas para fazer a coleta no sertão e exportar as mercadorias produzidas.

Como o nome já indica, essas mercadorias eram encontradas no sertão amazônico. Esse sertão teria uma infinidade de sentidos dentro da lógica portuguesa, sendo que um dos sentidos possíveis é aquele indicado por John Russell-Wood, de que o sertão era o espaço sempre em frente ao projeto colonizador português, um espaço sempre em vias de se colonizar e onde, grosso modo, havia pouca interferência colonial, ou uma maior liberdade para os sujeitos. Seria uma fronteira do mundo colonial (Russell-Wood 2014, 279-302). Era nesse espaço de possibilidades onde as mercadorias que perfaziam as drogas do sertão eram encontradas. Por se tratar de um ambiente fronteiro, móvel e sempre em vias de ser colonizado, podemos entender como um ambiente pouco ou nada conhecido. Se aventurar no sertão era uma empreitada que exigia habilidades dos sujeitos envolvidos, o que nos leva até os práticos do sertão.

O termo “práticos do sertão” é comumente encontrado na documentação do período. Era um termo, geralmente, atribuído a portugueses ou a mestiços e que indicava um largo conhecimento e habilidades a respeito das mais diferentes regiões do interior da Amazônia. Segundo Rafael Chamboyleuron, o vasto território amazônico não é uniforme, de forma que os seus principais rios mantem especificidades bem distintas entre si. Dentro dessa ótica, os práticos se tornam especializados em determinadas regiões, sendo conhecidos como prático do Xingu, do Tapajós, do Madeira ou qualquer outro (Chamboyleuron 2013, 79-99). Cada uma dessas regiões ensejava uma coleta diferente de produtos, assim como, em cada uma dessas regiões era abundante um tipo de produto. Um prático do rio Madeira, vasto em cacau, não teria a mesma expertise com relação ao rio Xingu, abundante em cravo, o que poderia determinar o sucesso ou não do empreendimento.

Esses sujeitos, práticos do sertão, são fundamentais nesse processo, pois eles são os conhecedores das potencialidades econômicas da jornada ao sertão. Boa parte desse conhecimento sobre o sertão veio do contato e da aliança com grupos indígenas, o que possibilitou que esses práticos se tornassem grandes conhecedores do interior da Amazônia, sobretudo de áreas

específicas dela. Não havia expedição ao sertão sem a presença dos indígenas, que serviam como remeiros e como coletores de mercadorias no sertão, assim como não havia expedição sem a presença desses práticos.

Dentro da organização das expedições ao sertão, geralmente, aos práticos do sertão cabia o papel de cabos das canoas. Nem todo prático do sertão atuava como cabo de canoa, mas, todo cabo de canoa deveria ser um prático do sertão; alguém experiente e experimentado na lide do sertão e que conhecesse as possibilidades econômicas que determinados rios, furos ou igarapés poderiam garantir. Essa questão é importante, pois muitos dos homens de negócio do Grão-Pará, ou do Maranhão, também eram práticos do sertão. Eram os mesmos homens que organizavam o mercado em Belém e viviam a experiência do sertão nas canoas. O jesuíta João Daniel, ao escrever sobre os negócios do sertão, indicava que poucos eram os cidadãos que iam pessoalmente até o sertão, mas que contratavam um cabo que seria o seu representante na viagem. Estes, por sua vez, praticavam tais atividades até angariar cabedal suficiente e mudarem de vida (Daniel 2004, 91).

Através dessa lógica, é possível que os homens de negócio do Grão-Pará tenham surgido a partir de práticos do sertão, que, na medida que enriqueciam com as mercadorias do sertão, se tornavam figuras de ponta, enviando outros práticos do sertão em seu lugar. E assim, a economia continuaria a girar numa sucessão de trocas de papéis sociais. O problema, na verdade, reside na documentação presente no Arquivo Público do Estado do Pará, que parece mostrar uma tendência contrária àquela exposta pelo jesuíta. Analisando a documentação referente às expedições de canoas para o negócio do sertão, entre os anos de 1738 e 1767, foram encontrados 1.690 registros². Em primeiro lugar, precisamos ter em mente que esse número deve significar o mínimo de canoas enviadas dentro desse período, pelo fato de a documentação ser lacunar e, da possibilidade de inúmeros registros terem se perdido nesses anos. Em segundo lugar, sabemos que as canoas que praticavam o descaminho das mercadorias não aparecem em nenhum tipo de registro oficial ou de cobrança fiscal. Mas, fato é que, desse universo de registros encontrados, em mais de 50%, o próprio armador da canoa – ou o seu proprietário – era quem assumia a função de cabo e viajava até o sertão.

A informação por si só já enfraquece a afirmação do padre João Daniel, mas, é possível que como em qualquer sociedade, a sua elite fosse composta por uma minoria, e que era ela que enviavam terceiros como cabos de suas canoas em busca das drogas do sertão. Alguns exemplos ajudam a ilustrar o argumento. Em 28 de outubro de 1738, os irmãos Manoel e Francisco Oliveira

² “Termos de responsabilidades e inquéritos”. 1738-1798. *Arquivo Público do Estado do Pará*, Secretaria da Capitania, Códice 032, não numerado

Pantoja partiram em canoas ao sertão³. O grupo familiar dos Oliveira Pantoja fora um dos mais importantes no Grão-Pará do século XVIII, com um sem-número de sesmarias, engenhos, além de controle sobre cargos públicos e participação efetiva na Câmara da cidade de Belém (Santos 2015). Outro exemplo, desta feita com os irmãos José e André Miguel Ayres, que partiram em 23 de outubro de 1738. Os dois irmãos chegaram ao posto de mestre-de-campo, um deles em Belém e o outro em São José de Macapá. José Miguel Ayres serviu como capitão-mor de Gurupá, da Ilha Grande de Joanes e da Capitania do Pará, enquanto André Miguel foi capitão da Fortaleza do Tapajós. Ambos eram sesmeiros, sendo que José Miguel ainda possuía uma fábrica de anil (Pompeu 2022, 282-295). Ou seja, estamos falando de dois irmãos pertencentes à elite do Grão-Pará.

Para além desses dois exemplos, de duas das principais famílias do Grão-Pará setecentista, vários outros nomes das figuras mais proeminentes da sociedade paraense estavam pessoalmente envolvidos no trato das drogas do sertão e poderiam ser citados. E o que é mais importante, mesmo entre as duas famílias aqui listadas, apesar de ter citado apenas o exemplo do ano de 1738, até o final da série, algum membro tanto dos Oliveira Pantoja, quanto dos Ayres, sempre estava no sertão. Desta feita, a afirmação do padre João Daniel parece mais enfraquecida. Estamos lidando com uma elite de homens de negócios que era envolvida em diversos ramos, tanto da administração colonial, das forças militares, da agricultura, do extrativismo e do comércio. E, mais ainda, que mesmo estando envolvidos nessas diferentes frentes, esses sujeitos ainda mantinham a sua vivência dentro do sertão. O sertão era o centro econômico no qual orbitam esses sujeitos, era o sertão que garantia as mercadorias que esses mesmos sujeitos transacionavam no mercado Atlântico.

Tais homens de negócio armavam e equipavam as suas canoas para fazer a coleta das drogas do sertão no interior da Amazônia, com expedições que poderiam levar até oito meses viajando nos rios da região. O primeiro passo nessa organização era obter uma canoa, João Daniel afirma que quem não tinha uma canoa própria poderia alugar uma para a expedição (Daniel 2004, 79). Além disso, para empreender esse tipo de expedição, eram necessários entre 200 e 300 alqueires de farinha para alimentar a tripulação (Daniel 2004, 80). Sem falar que os indígenas envolvidos na expedição, caso não fossem escravos, deveriam receber salários por cada mês de viagem – esse salário variava entre tecidos, porções de sal, agulhas e outros itens (Daniel 2004, 80). Ainda segundo o jesuíta, o custo para se equipar uma expedição dessa monta girava em pelo menos 300 mil réis (Daniel 2004, 79). Acredito que o valor apontado por João Daniel fosse um pouco menor do que de fato era. Se levarmos em conta que, apenas para adquirir uma canoa os preços variavam entre

³ Ibidem.

300 e 500 mil réis⁴, fora todo o restante de equipamentos, mantimentos e salários, os valores investidos por esses homens de negócio parecem ser maiores que os 300 mil réis indicados pelo missionário.

Dentre a tripulação da canoa, o maior contingente de indivíduos era formado por indígenas. Desde o piloto, o proeiro e os remeiros, todos eram indígenas. Nas poucas referências em que foi possível identificar a presença de negros nas embarcações, eles estavam na posição de cabo da canoa, sob a confiança dos seus senhores. Com o passar do século XVIII e o aumento do fluxo de escravizados africanos, fornecidos pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, alguns desses escravizados participaram das canoas na expedição do sertão. No entanto, tudo indica que a maioria dos envolvidos nessa atividade eram indígenas.

Como indicado anteriormente, os indígenas envolvidos nas expedições, caso não fossem escravos, deveriam receber salários por cada mês de trabalho nas expedições. Esses salários envolviam quantidades de roupas, tecidos, chapéus, sal, agulhas, enfim, vários itens, em quantidades determinadas. No caso dos pilotos os salários eram mais altos, com quantidades maiores de mercadorias em seus pagamentos. Sobretudo, por se tratar de uma profissão especializada e extremamente necessária, os pilotos guiavam as canoas e conheciam profundamente os rios da região. Eram essenciais ao trabalho. O sistema de pagamentos, no caso das Vilas e Lugares do Diretório dos índios, era um pouco diferente, pois envolvia certa participação nos lucros da canoa. Foi mencionado anteriormente a questão da moeda metálica na Amazônia portuguesa, e de como a sua introdução foi postergada, pois as autoridades coloniais indicavam que os indígenas não encontravam valor nela, preferindo receber em mercadorias pelos seus serviços. Segundo David Sweet, já havia uma longa tradição de trocas de mercadorias entre os grupos indígenas da Amazônia, mesmo entre grupos que habitavam localidades distantes. Um sistema no qual a cerâmica era trocada por alimentos produzidos, ou mercadorias manufaturadas, dependendo dos interesses dos grupos (Sweet 1974). Desse modo, podemos conjecturar que os grupos indígenas mantinham seu sistema, em um estágio em que os europeus estavam sendo adicionados, baseados nas novas mercadorias às quais tinham acesso.

Infelizmente, não temos informações a respeito de quais grupos indígenas eram recrutados para as expedições das drogas do sertão. Tanto poderia ser uma prática generalizante, de se utilizar do trabalho de qualquer indígena, independente do seu grupo étnico, como poderia haver etnias recrutadas com mais afincos para serem utilizadas nas jornadas. Através da informação sobre grupos

⁴ “Relação dos bens das Companhia de Jesus que poderiam gerar dízimos para a Fazenda Real, feita por Alexandre de Sousa Freire”. Biblioteca Pública de Évora, Códice CXV 2-13, fl. 224v-232.

específicos, poderíamos identificar os tipos de mercadorias envolvidas no seu sistema de trocas. Segundo relatos, como do jesuíta João Daniel, esses indígenas eram entregues aos particulares por meio de portarias passadas pelo Governador do Estado, que atestava a quantidade de indígenas que seriam recrutados e de quais aldeias eles poderiam vir. Ainda segundo o missionário, os particulares recolhiam um ou dois indígenas de cada aldeia, onde também compravam farinha, até terem reunido toda a sua tripulação (Daniel 2004, 79).

A informação de João Daniel é corroborada por listadas, presentes no acervo do Arquivo Público do Pará, que fazem a contagem dos indígenas cedidos ao trabalho. Apesar dessas listagens também não indicarem nomes ou grupos étnicos, podemos visualizar a quantidade de indígenas entregues para cada particular – esses sim, em uma listagem nominal – e de quais aldeias ou aldeamentos eles vinham⁵. De fato, como indica João Daniel, a tendência era de recrutamento de um ou dois indígenas por aldeamento. O que pode ser entendido como uma estratégia, tanto das autoridades coloniais, quanto dos particulares, para evitar qualquer tipo de revolta e fuga, caso um número grande de tripulantes fosse proveniente da mesma localidade. Não obstante, o que podemos perceber dentro da economia das drogas do sertão é que os diferentes sujeitos envolvidos possuíam visões muito diferentes dos papéis desempenhados. De um lado, havia tendências da nascente economia-mundo, por outro, havia questões de mobilidade e sistemas ancestrais de troca. As drogas do sertão, enquanto mercadorias de um sistema econômico, estavam entre vários mundos.

Uma economia Atlântica-sertaneja

É perceptível que existiam diversas influências sobre a economia das drogas do sertão e que, essas influências precisavam estar em constante diálogo. Estamos diante de uma atividade econômica que se faz em múltiplas espacialidades e recebe influências dessas espacialidades. Uma comparação com a Bolívia colonial pode ser elucidativa. Segundo Brooke Larson, na região de Cochabamba, a sociedade se assentou em grupos mestiços e nativos, que no seu processo de interação formaram um mundo mestiço interior, dentro da cordilheira dos Andes. A autora delimitou aqueles mundos como “locais dispersos de microcoletividade”. Um ambiente que sentia influências da economia externa e das mudanças que ela sofria na Época Moderna, mas que ao mesmo tempo estava desconectada de muitas transformações, e onde, nos Andes, poucas dessas mudanças faziam sentido para aquela sociedade mestiça, que mantinha sua organização, seus ritos, suas festas (Larson 1998). Enfim, tratava-se de um espaço fluído de interações.

⁵ “Registro geral”. 1750-1820. *Arquivo Público do Pará*, Secretária da Capitania, Códice 59.

As expedições de coleta das drogas do sertão já foram caracterizadas por sua fluidez, ou melhor, por sua “cultura de mobilidade” por Heather Flynn Roller. Segundo a autora, podemos perceber essa mobilidade pelas interações que existem dentro das expedições. Eram viagens que poderiam durar vários meses, em um território com pouco ou nenhuma influência do poder colonial e, mais ainda, onde o único representante na expedição, o cabo da canoa, permitia que os indígenas passassem semanas distantes da canoa enquanto realizavam o processo de coleta. Dentro dessa lógica, aos indígenas era preferível participar das expedições de coleta do que de outras atividades laborais, como no caso das obras das fortificações. Essas expedições permitiam o deslocamento desses indígenas para regiões que poderiam ser de seu interesse, como na visita de parentes distantes e, também, permitia auferir lucros, fosse de forma legal ou através de descaminhos (Roller 2014).

Já é possível enxergar, mesmo dentro da lógica da mobilidade e da fluidez da economia das drogas do sertão, que ela estava associada a um caráter múltiplo, como no caso das percepções indígenas de mobilidade que eram possíveis nessas expedições, assim como na demanda que o nascente capitalismo exercia por produtos naturais – sobretudo, o cacau – fundamentais dentro da economia europeia. Como apontam Fernand Braudel (Braudel 2009) e Immanuel Wallerstein (Wallerstein 2011), guardadas as diferenças entre os autores, estamos lidando com a consolidação da economia-mundo europeia. Das diferentes pressões exercidas por essa economia-mundo, podemos elencar o consumo de mercadorias naturais provenientes de regiões distantes. Foi o que ocorreu com as especiarias asiáticas, que fomentaram um largo comércio com a Europa e, como já citado, serviram de modelo no processo de substituição, no Império português, das especiarias pelas drogas do sertão.

Existe uma influência da economia-mundo no desenvolvimento da economia das drogas do sertão, como principal mercadoria da Amazônia portuguesa. Uma influência que era sentida através desse comércio de longa duração entre Europa e Ásia, e que acabou sendo fundamental na atlantização portuguesa. Para além disso, a principal mercadoria entre as drogas do sertão, no âmbito do mercado atlântico, era o cacau. O cacau foi amplamente utilizado na fabricação de chocolate, uma bebida que tinha suas origens atreladas aos povos mesoamericanos. Isso pode nos levar a pensar junto da economia-mundo, a influência do processo de mundialização, debatido por Serge Gruzinski e, centrado, em elementos culturais (Gruzinski 2014). A economia e a cultura podem explicar o fomento do consumo de chocolate, através da circulação cultural de pessoas e saberes por esse novo mundo conectado, ou “mundializado”, como atesta Gruzinski. De modo que, o consumo de uma bebida mesoamericana – que sofreu transformações nesse processo – criou hábitos de consumo na Europa e incrementou a economia das drogas do sertão. Em seu

estudo do Piemonte italiano, Giovanni Levi já apontava questões próximas. Sobretudo, ao indicar as influências em questões de sociabilidade e cultura, que afetavam o mercado legal e as relações econômicas no geral (Levi 2000).

Por outro lado, temos a efetiva – e imprescindível – participação indígena nessa economia. Grupos indígenas envolvidos nas expedições de coleta das drogas do sertão tinham conhecimento sobre as implicações econômicas gerais da coleta das mercadorias na floresta. Não era segredo que essas mercadorias eram revendidas para a metrópole e que, lá, longe da Amazônia, elas tinham grande valor – afinal, anualmente se organizavam expedições para garantir o fluxo de mercadorias. No entanto, se a economia-mundo e a possibilidade de auferir capital – econômico e simbólico – era o que motivava os particulares, a razão da participação dos grupos indígenas não era exatamente a mesma.

Já mencionei, através de Roller, que os indígenas buscavam ganhos econômicos com as expedições, o que os aproxima dos interesses dos particulares. Roller, no entanto, ainda nos informa de razões dispares para o envolvimento dos indígenas. A autora nos aponta o quanto essas sociedades eram móveis e fluídas antes do contato, assim como essas expedições serviam para manter essas características. Os indígenas visitavam parentes distantes, aldeias distantes, trocavam produtos e faziam um ritmo de trabalho de coleta de mercadorias, da forma que fosse mais interessante (Roller 2013, 201-240). Havia uma forma de liberdade perante o sistema colonial que só era possível no sertão, e que era praticada por meio da principal atividade econômica da Amazônia colonial, que era a extração das drogas do sertão.

O mundo colonial, conectado à economia-mundo, estava marcadamente presente na economia das drogas do sertão, mas o mundo fluído, móvel e livre do sertão, propriamente dito, também estava lá, em várias camadas. Segundo David Sweet, os indígenas amazônicos mantiveram seu complexo de trocas mesmo após a chegada dos europeus (Sweet 1983, 283-304). Esse sistema anterior a uma economia de mercado podia muito bem conviver dentro das expedições das drogas do sertão, como uma camada dessa economia, possibilitada pela mobilidade experimentada por esses grupos indígenas, grupos esses que poderiam ser escravos ou não. Existia um grau de liberdade, mesmo dentro desse sistema transamazônico de escravidão indígena.

Mais ainda, precisamos lembrar, como já citado, de que as drogas do sertão, sobretudo, o cacau, serviam como moeda da terra. A base da economia, mesmo aquela que estava atrelada ao mercado atlântico e, conseqüentemente, à economia-mundo, se mantinha a base da troca de mercadorias. De modo que o cacau era a principal mercadoria transacionada, tanto entre os particulares nas praças coloniais, quanto entre os particulares e o mercado Atlântico. A natureza garantia a manutenção tanto da economia interna, quanto da economia externa. Por isso, era

essencial que anualmente aquelas canoas partissem, e o movimento de fazer as canoas partirem ensejava investimentos dos particulares que armavam as canoas. Não obstante, nem todos os participantes dessa economia estavam focados nas questões do mercado Atlântico, mas de alguma forma estavam conectados a ele ao participarem das expedições.

A própria condição de manutenção da economia da Amazônia colonial estava na continuidade das expedições de coleta das drogas do sertão, tanto para a sua manutenção interna, quanto para manter a manutenção de conexão com o mercado Atlântico. Desse modo, acredito que o mundo amazônico criou o seu próprio “local disperso de microcoletividade”, a exemplo daquilo que Brooke Larson verificou para a Cochabamba colonial. Essa economia das drogas do sertão, em um espaço de interseção entre o mundo Atlântico, da economia-mundo, e o mundo do sertão, que não obedece às mesmas lógicas, mas que não deixam de estar de alguma forma ligados, no caso amazônico, pode ser classificada como uma economia Atlântico-sertaneja.

Esta recebe influências totais nem de um lado e nem de outro, mas mantém ativo esse ponto de interseção entre o interior da Amazônia e a economia-mundo que se formava e se centrava no mundo europeu da Época Moderna. De alguma forma, podemos estar caminhando junto de Karl Polanyi, visualizando uma proposta de “imersão” baseada na economia das drogas do sertão. Onde, ao lançarmos mão de um olhar para as influências sociais e culturais que orbitam essa atividade econômica, podemos perceber que as suas influências são preponderantes na sua montagem, as quais venho tentando apontar aqui (Polanyi 2000). A montagem e a classificação da atividade das drogas do sertão como uma economia Atlântico-sertaneja estiveram conectadas às influências culturais exercidas pelo mundo do sertão e pelo mundo Atlântico. Um espaço de interseção entre sertão e Atlântico, mas que também podemos encarar como o espaço de interseção entre europeus, indígenas e mestiços, base de uma atividade econômica específica.

Considerações finais

Ao classificar a economia das drogas do sertão como uma economia Atlântico-sertaneja, estamos assumindo o seu lugar de ponto de interseção entre distintos mundos. Esse ponto de interseção liga o ascendente capitalismo – ou a consolidação da economia-mundo – com os interiores da região amazônica, um ambiente de fronteira, disputado por nações indígenas e nações europeias – mesmo que a disputa, em alguns casos, tenha sido forjada através da negociação e das alianças. As lógicas vivenciadas pelos sujeitos não eram as mesmas. Enquanto os particulares estavam muito mais atrelados à economia Atlântica, os principais participantes dessa economia, que eram os grupos indígenas, que de fato coletavam as mercadorias, seguiam as suas próprias lógicas. Ainda temos aí a presença dos mestiços, que poderiam pender para ambos os lados. Entre

esses extremos temos uma série de camadas de sociabilidade, que também perfazem a atividade econômica das drogas do sertão.

Ao admitirmos o seu caráter de ponto de interseção, enquanto atividade Atlântica-sertaneja, começamos a dar visibilidade para essas camadas internas, além de possibilitar o entendimento de que, na Época Moderna, nem tudo estava atrelado a uma economia de mercado – ou a ascensão dessa economia. Do mesmo modo que, nem tudo estava alheio. Existem pontos entre essas questões e a atividade das drogas do sertão era um desses pontos. Apesar de estarmos lidando com mercadorias que não chegaram a ter o mesmo valor ou o mesmo volume de exportação do açúcar, ou do ouro, por exemplo, estamos diante das principais mercadorias da Amazônia portuguesa e de um bom exemplo para entender como uma região de fronteira se conecta com o restante da economia do império português, justamente, como um ponto de interseção entre mundos. Por isso o estudo da economia das drogas do sertão é também uma forma de entender os múltiplos sujeitos que nela estiveram envolvidos.

O quadro não está, de maneira alguma, fora da realidade. Segundo Fernand Braudel, tanto a economia-mundo, quanto o nascente capitalismo vivia a base da heterogeneidade de mercadorias produzidas, ou das forças e regimes de trabalho. Para Braudel, esse sistema capitalista se apoiava na diferença, aglutinando regiões que utilizavam a servidão, o trabalho escravo e o trabalho livre ao mesmo tempo. Assim como, a diferenciação entre regiões mais centrais dentro da economia-mundo, quanto regiões mais distantes do centro, dentro desse amplo complexo econômico (Braudel 1987, 57-61). Portanto, o quadro das drogas do sertão, com suas características Atlântico-Sertanejas, era uma das muitas facetas do quadro mais amplo e heterogêneo da ascensão do capitalismo e da produção de mercadorias na Época Moderna.

Referências bibliográficas:

Alden, Dauril. “The significance of cacao production in the Amazon Region during the late colonial period: an essay in comparative economic history.”. In: *Proceedings of the American Philosophical Society*, vol. 120, nº 2, 1976, pp. 103-135.

Alencastro, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

Barata, Manoel. *Formação histórica do Pará: obras reunidas*. Belém: EdUFPA, 1973.

Braudel, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: Séculos XV-XVIII*. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Braudel, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

Cardoso, Alírio. “Outra Ásia para o Império: fórmulas para a integração do Maranhão à economia oceânica (1609-1656)”. In: Chambouleyron, Rafael, José Luis Ruiz-Peinado Alonso.

(Org.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Açaí, 2010, pp. 9-26.

Chambouleyron, Rafael. “Como se hace en Indias de Castilla?: El cacao entre la Amazonía portuguesa y las Indias de Castilla (siglos XVII y XVIII)”. In: *Revista Complutense de História da América*, v. 40 (2014): 23-44.

Chambouleyron, Rafael. “A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVII)”. In: *Outros Tempos*, vol. 10, nº 15 (2013): 79-99.

Chambouleyron, Rafael. “O sertão dos Taconhapé. Cravo, índios e guerras no Xingu seiscentista”. In: Sousa, César Martins, Alírio Cardoso. (Org.). *Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (XVII-XXI)*. Belém: Editora da UFPA, 2008, p. 51-74.

Chambouleyron, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Açaí, 2010.

Coelho, Antônio Borges. “Os argonautas portugueses e o seu velo de ouro (Séculos XV-XVI)”. In: José Tengarrinha. (org.). *História de Portugal*. Bauru/São Paulo/Lisboa: EDUSC/EdUNESP/Instituto Camões, 2000, pp. 57-76.

Crowley, Roger. *Conquistadores: como Portugal forjou o primeiro império global*. São Paulo: Crítica, 2016.

Daniel, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Vol. II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Gruzinski, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte, EdUFMG; São Paulo, EdUSP, 2014.

Heriarte, Maurício. *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas [1662]*. Viena: Carlos Gerold, 1874.

Larson, Brooke. *Cochabamba, 1500-1900: Colonialism and agrarian transformation in Bolivia*. Durham: Duke University Press, 1998.

Levi, Giovanni. *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Lima, Alam José da Silva. *Do “dinheiro da terra” ao bom dinheiro: moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

Matos, Frederik Luiz de Andrade. *O comércio das “Drogas do sertão” sob o monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

Mauro, Frédéric. *Portugal, Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Lisboa: Estampa, 1989.

Polanyi, Karl. *A grande transformação: a origem da nossa época*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Pompeu, André. “A ação dos cabos de canoas no negócio das drogas do sertão na Amazônia colonial (século XVIII)”. In: Slemian, Andréa, Jaime Rodrigues, José Carlos Vilardaga, Marina Passos Tufolo. (org.). *Dinâmicas imperiais, circulação e trajetórias no mundo ibero-americano*. Guarulhos: Departamento de História/UNIFESP, 2020, pp. 306-321.

Pompeu, André. “As rotas de comércio indígena na montagem da economia das drogas do sertão”. In: *Revista em Favor da Igualdade Racial*, v. 4, (2021): 22-35.

- Pompeu, André. *As drogas do sertão e a Amazônia colonial (1677-1777)*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.
- Quiroz, Enriqueta. “Circulación y consumo de cacao en la Ciudad de México en el siglo XVIII”. In: *Secuencia*, N° 88, (2014): 39-64.
- Roller, Heather F. *Amazonian Routes: Indigenous, Mobility and colonial communities in Northern Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2014.
- Roller, Heather Flynn. “Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no Sertão amazônico (1750-1800)”. In: *Revista de História*, N° 168 (2013): 201-243.
- Russell-Wood, John. *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.
- Santos, Marília Cunha Imbiriba dos. *Trajatória e poder no Grão-Pará setecentista: Os Oliveira Pantoja*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2015.
- Sommer, Barbara Ann. *Negotiated settlements: native Amazonias and portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Novo México, Albuquerque, 2000.
- Subrahmanyam, Sanjay. *The Portuguese Empire in Asia: A political and economic history (1500-1700)*. 2ª Ed. Oxford: Wiley-Brackwell, 2012.
- Sweet, David. “Francisca: escrava da terra”. In: *Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará*, tomo XIII. Belém: SECULT, 1983, p. 283-304.
- Sweet, David. *A rich realm of nature destroyed: The middle Amazon valley (1640-1750)*. Tese de doutorado, Faculty of History, University of Wisconsin-Madison, 1974.
- Wallerstein, Immanuel Maurice. *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600–1750*. Berkeley: UC Press, 2011.

Recebido: 28 de janeiro de 2023

Aprovado: 30 de fevereiro de 2023